CÂMARA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI Nº L E I Nº 1723/2010.

SÚMULA:- Cria Parque Ecológico/Florestal no Município, na forma que especifica:

AUTOR:- PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Art. 1º - Fica criado o Parque Ecológico/Florestal "Sebastião Câncio de Oliveira", no Município de Sarandi, Estado do Paraná, com uma área de terra de 54.063,56 m2., constituída pela Quadra de terra nº 33 do Residencial São José II; e Quadras de terra nºs. 48 e 49 do Residencial São José III, neste Município.

Art. 2º - É competência da Secretaria do Meio Ambiente, prover toda exigência necessária de categoria de manejo, plano de manejo, infraestrutura, estrutura de fiscalização e proteção destas áreas.

Art. 3º - O Poder Executivo, no prazo de trinta dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, aos 14 dias do mês de junho do ano de 2010.

Cilas Souza Morais,
Presidente

João de Lara Vieira,
1º Secretário

L E I Nº 1723/2010 – De Autoria do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.**

SÚMULA:- Cria o Parque Ecológico/Florestal no Município, na forma que especifica.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua [illegible] - Cx. Postal 71 - CEP 87111-230
Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: www.sarandi.pr.gov.br
SARANDI - PARANÁ

LEI Nº 1723/2010

SÚMULA:- Cria Parque Ecológico/Florestal no Município, na forma que especifica.

A Câmara Municipal de Sarandi, estado do Paraná, aprovou e eu, CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei, de Autoria do Poder Executivo Municipal:

Art. 1º - Fica criado o Parque Ecológico/Florestal "[illegible] de Oliveira" no Município de Sarandi, Estado do Paraná, com uma área de terra de [illegible] m², constituída pela Quadra de terra nº 13 do Residencial São José II, e Quadras de terra nºs. 48 e 49 do Residencial São José III, neste Município.

Art. 2º - É competência da Secretaria do Meio Ambiente prover toda exigência necessária de categoria de manejo, plano de manejo, infraestrutura, estrutura de fiscalização e proteção destas áreas.

Art. 3º - O Poder Executivo, no prazo de trinta dias regulamentará a presente Lei.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de junho de 2010.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Aprovada em Terceira Discussão e última votação, nesta Casa de Leis, 14/06/2010, enviada ao Poder Executivo Municipal na mesma data e publicada no "JORNAL DO POVO", em 25 de junho de 2010. Edição nº 5.968 – SEXTA-FEIRA-.-
-.-
-.-
-.-